



AUTORIZAÇÃO Nº 9156 /2014

I. Pedido

Luís Saboga Nunes notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo sobre “Estilos de Vida e Literacia para Saúde nas Crianças e Adolescentes”.

O estudo enquadra-se no Projeto de Investigação CrAdLiSa – Incrementando nas Crianças e Adolescentes a Literacia para a Saúde - e tem como objetivos avaliar níveis de literacia para a saúde e analisar o seu efeito nos estilos de vida e como promovê-los no sentido da promoção da saúde.

O número previsto de participantes é de 1500 alunos de escolas de Portugal Continental e Ilhas, só integrando o estudo as escolas cujas respetivas direções aceitem participar, sendo enviadas para os pais as declarações de consentimento informado.

A participação no estudo consistirá no preenchimento, em contexto escolar, de questionários em papel ou *online* pelos alunos ou através de entrevista direta quando os alunos apresentem dificuldades visuais. O questionário será aplicado duas vezes, uma no início do ano escolar (momento 1) e outra no final (momento 2), após terem sido implementadas medidas de promoção da literacia para a saúde, no sentido de verificar se obtiveram o efeito pretendido.

No “caderno de recolha de dados” não há identificação nominal do titular, sendo aposto um código “cego” de participante. O código será composto de duas partes: género e data de nascimento. Estes são transformados numa única variável e que permitirá o emparelhamento do momento 1 com o momento 2. Depois do emparelhamento é destruído o código, passando os dados recolhidos a ser



completamente anónimos. A chave desta codificação só pode ser conhecida da equipa de investigação.

II. Análise

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados recolhidos pelo requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados, ou dos seus representantes legais nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados - LPD).

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

Nos termos do artigo 10.º da LPD, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

Os titulares dos dados, de acordo com a declaração de consentimento informado junta aos autos, apõem as suas assinaturas na mesma, deste modo satisfazendo as exigências legais.

O fundamento de legitimidade é o consentimento dos titulares dos dados. Porque haverá recolha de dados de menores, terá de haver consentimento a prestar pelos legais representantes. Impõe-se, ainda, que os menores sejam ouvidos e em função da idade, nos termos da lei, eles próprios prestem a sua anuência à recolha de dados



pessoais para participação no estudo. O estudo deve ter em conta o superior interesse dos menores.

As declarações de consentimento informado devem ser mantidas no processo individual do aluno.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cfr. alínea *a*) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cfr. alínea *b*) do mesmo artigo).

III. Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPD, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Luís Saboga Nunes;

Finalidade: Estudo sobre “Estilos de Vida e Literacia para Saúde nas Crianças e Adolescentes”;

Categoria de Dados pessoais tratados: código de participante; género; data de nascimento; *Questionário sobre Saúde e Bem-estar em Tempos de Crise*;

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

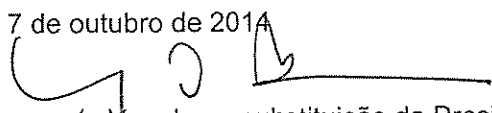
Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Junto do responsável pelo tratamento dos dados;

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferência de dados para países terceiros: Não há.

Prazo de conservação dos dados: A chave da codificação deve ser destruída um mês após o fim do estudo.

Lisboa, 7 de outubro de 2014


Luís Barroso (o Vogal, em substituição da Presidente)